

ASMA É A TERCEIRA DOENÇA CRÔNICA MAIS ATENDIDA PELO SUS

Pág. 23



JOVENS DESENVOLVEM SPRAY TERAPÊUTICO NATURAL À BASE DE PLANTAS MEDICINAIS PARA ALIVIAR INFLAMAÇÕES

Pág. 10

Jornal do Sudoeste

A P E N A S A V E R D A D E

QUASE 85% DA POPULAÇÃO PRETA BRASILEIRA RELATA TER ENFRENTADO DISCRIMINAÇÃO RACIAL, REVELA PESQUISA



FOTO: JOÉDSON ALVES/ARQUIVO/AGÊNCIA BRASIL

Págs. 18 e 19

VEREADORES DE ITAMBÉ TÊM MANDATOS CASSADOS POR FRAUDE NA COTA DE GÊNERO, DECIDE JUSTIÇA ELEITORAL

Pág. 04



Justiça determina que Prefeitura de Itarantim deve pagar o Piso Salarial Nacional aos professores da Educação Básica

Pág. 11

EDITORIAL

■ **ANTÔNIO LUIZ**
Editor@jornaldosudoeste.com

Entre a anistia e o autoritarismo: o 2026 de Brecht nas entrelinhas de Flávio Bolsonaro

A declaração do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) às jornalistas Thaísa Oliveira, Mariana Holanda e Gabriela Biló, do jornal Folha de S. Paulo, publicadas na edição do último dia 16 de junho, acende um preocupante sinal de alerta sobre o futuro democrático do país. Ao afirmar que o candidato a ser apoiado por seu pai, Jair Messias Bolsonaro, e eleito próximo presidente da República, deverá assinar como primeiro ato de Governo, um Decreto de Anistia Geral para beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro, Generais e outros militares envolvidos na tentativa de golpe de Estado em 2022, o Senador expõe não apenas uma expectativa autoritária – mas uma ameaça formalizada.

Chama atenção o fato de que o parlamentar não incluiu na proposta os apoiadores radicais do pai, chamados por ele mesmo de “malucos” em depoimento ao Supremo Tribunal Federal. São os que, entre novembro de 2022 e janeiro de 2023, acamparam em frente a Unidades do Exército, especificamente o Quartel General em Brasília, clamaram por intervenção militar e planejaram atos extremistas - incluindo a tentativa de explosão, felizmente frustrada, de um caminhão-tanque nas proximidades do Aeroporto Internacional de Brasília na véspera do Natal de 2022. Foram também os que, no fatídico 8 de janeiro de 2023, protagonizaram a invasão e depredação das sedes dos Três Poderes.

Esses manifestantes, embora ignorados na proposta de anistia, foram peça-chave no enredo que pretendia criar o caos suficiente para justificar a decretação de uma GLO – Garantia da Lei e da Ordem – abrindo espaço para uma última tentativa de golpe. Segundo fica evidente a cada revelação feita pelas investigações da Polícia Federal e manifestações da Procuradoria-Geral da República, o plano era colocar o Exército nas ruas, assumir o controle da Segurança Pública e, com o apoio de militares aliados ao ex-presidente, sufocar a democracia.

O plano falhou. E só não foi consumado porque prevaleceu a responsabilidade institucional de assessores (leia-se então ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública, atual ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino) do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que resistiu à pressão por uma resposta impulsiva diante da crise e recusou decretar a GLO.

No entanto, como expôs sem constrangimentos o próprio Senador Flávio Bolsonaro, o projeto golpista não foi enterrado. Permanece na gaveta, à espera de uma oportunidade. Ao anunciar que o candidato apoiado por seu pai em 2026 terá de se comprometer com a anistia e com a possibilidade de um novo rompimento institucional caso o Supremo Tribunal Federal reaja, Flávio Bolsonaro antecipa um novo capítulo da escalada autoritária – e reacende o alerta sobre o espectro democrático no Brasil.

Trata-se de uma advertência que não pode ser ignorada. Vinda de um parlamentar diretamente ligado ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, a declaração ganha contornos de um recado claro: um eventual retorno ao poder já está comprometido com a desestabilização das Instituições e, se necessário, com novo atentado à democracia.

Ao fazer uma afirmação carregada de ameaça e afronta às Instituições Democráticas, o senador Flávio Bolsonaro relembra a frase impactante de Bertolt Brecht: “A cadela do fascismo está sempre no cio”. A metáfora do consagrado dramaturgo alemão serve como alerta eterno de que o autoritarismo é oportunista, persiste nas sombras e aguarda apenas a oportunidade certa para emergir.

No contexto político atual, em que a desaprovação ao presidente da República cresce e seu Governo se encontra refém de um Congresso Nacional que frequentemente demonstra desprezo pela sociedade e prioriza os interesses individuais dos parlamentares, as declarações do Senador Flávio Bolsonaro revelam um alinhamento alarmante com ideais antidemocráticos. Essas posições ameaçam os fundamentos do Estado de Direito e contribuem para a crescente instabilidade política. Ao sugerir anistia para os arquitetos de uma tentativa de golpe, o parlamentar não apenas relativiza a gravidade do ataque às Instituições, mas projeta uma perigosa sensação de impunidade.

A democracia brasileira exige vigilância constante. É preciso que a sociedade civil, os poderes constituídos e todos os atores políticos reafirmem seu compromisso inegociável com a legalidade e a Constituição. O combate ao autoritarismo não se encerra, pelo contrário, ele se renova a cada sinal de ameaça.

Declarações como a do Senador Flávio Bolsonaro não devem ser subestimadas. São lembretes amargos de que a luta pela democracia é contínua - e de que, se a história tem cicatrizes, elas também carregam lições que jamais devem ser esquecidas para que o fascismo, em sua fase de “cio”, não volte a florescer de forma perigosa e destrutiva para o país.

EXPEDIENTE

O Jornal do Sudoeste, o JS Notícias, o Portal Jornal do Sudoeste hospedado em <http://www.jornaldosudoeste.com> e todos as demais redes sociais cujos endereços eletrônicos são identificados pela terminação “.jornaldosudoeste.com”, são mantidos AGÊNCIA SUDOESTE - JORNALISMO, ASSESSORIA E PESQUISAS LTDA, com sede na Praça Capitão Francisco de Souza Meira, SI 04 e 05, Centro, Brumado/BA, Brasil, CEP 46.100-155 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.607.622/0001-20

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo Santos

EDITOR EXECUTIVO/DIRETOR DE REDAÇÃO
Antônio Luiz da Silva
(77) 99838-6283 - (77) 99119-6080
editor@jornaldosudoeste.com

CHEFE DE REDAÇÃO ADJUNTA
Gabriela Oliveira de Jesus
(77) 98816-6680
reportagem@jornaldosudoeste.com

Laís da Silva Martins
Repórter de Área/Video Repórter

Ticiane Ché Pacheco de Carvalho
Repórter de Área/Video Repórter

Isadora Araújo
Estagiária de Jornalismo (Jovem Aprendiz)

REPORTAGEM
Cássio Silva Bastos - (77) 99919-1997
cassiobastos_45@gmail.com
Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496
esbraz@hotmail.com
Gabriela Costa Matias - (77) 99997-5679
Repórter de Área/Video Repórter
Jailton Neri dos Santos
jailtonneri@outlook.com.br
Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858
lucimaralmeidajs@gmail.com

COMUNICAÇÃO VISUAL/ ESTRATÉGIA
DIGITAL/SOCIAL MEDIA

DESIGNER GRÁFICO
Maria Cristiane da Silva
(77)99967-2218
(77) 99872-5389
diagramacao@jornaldosudoeste.com

AUXILIAR/DESIGNER GRÁFICO
Vinícius Caires Martins Silva
(77)99827-6604
diagramacao@jornaldosudoeste.com

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
Maria Augusta dos Santos e Silva
(77) 99838-6265
augusta@jornaldosudoeste.com

COMERCIAL/ATENDIMENTO AO CLIENTE
Maíra Bernardes Pinto
(77) 99804-5635
secretaria@jornaldosudoeste.com

REDAÇÃO
(77) 99872-5689
reportagem@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com
redacao@jornaldosudoeste.com
erramos@jornaldosudoeste.com

CONTATO DIRETO - SUGESTÃO DE PAUTAS
(77) 99838-6283
(77) 98816-6680
editor@jornaldosudoeste.com
reportagem@jornaldosudoeste.com

REPRESENTANTES COMERCIAIS
Shirley Ribeiro Alves - (77) 98801-3338

X jsudoestebahia

www.jornaldosudoeste.com

📷 jornaldosudoeste

☎ (77) 99872-5389

📺 @JornalDoSudoesteCanalJS

📌 @jornalsudoestebahia

O Jornal do Sudoeste não mantém vínculo de qualquer espécie com seus colaboradores (articulistas), sendo da responsabilidade de cada um deles o conteúdo de seus textos

○ ELEIÇÕES 2024



Supremo Tribunal Federal altera competências das Câmaras Municipais e reforça poder dos Tribunais de Contas na análise das contas de prefeitos

Decisão histórica do Supremo Tribunal Federal (STF) redefine as atribuições dos Legislativos Municipais, retirando-lhes a prerrogativa de julgar contas de prefeitos com base em critérios políticos.

■ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

A medida, aprovada em julgamento de repercussão geral na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 849), passa a valer para todo o Brasil e representa uma mudança significativa nas práticas de fiscalização municipal que vinham sendo adotadas há décadas.

Com a nova orientação, os Pareceres emitidos pelos Tribunais de Contas dos Municípios terão caráter vinculante. Isso significa que, se o Tribunal de Contas aprovar as contas do gestor público, a Câmara Municipal não poderá rejeitá-las por motivos políticos ou interesses partidários. Da mesma forma, se o Tribunal rejeitar as contas, os vereadores não poderão aprová-las por razões eleitorais ou de conveniência política.

A decisão do Supremo Tribunal Federal põe fim às intervenções partidárias e às negociações locais no julgamento das contas públicas, consolidando uma avaliação estritamente técnica e jurídica do desempenho administrativo dos prefeitos. Essa mudança busca garantir maior transparência, responsabilidade fiscal e uma fiscalização mais eficiente e imparcial.

Até então, o procedimento envolvia o envio do Parecer Técnico pelos Tribunais de Contas, cabendo às Câmaras Municipais a decisão final, mesmo que isso implicasse contrariar pareceres especializados. Tal sistema era alvo de críticas, pois permitia que interesses políticos influenciassem o julgamento, gerando insegurança jurídica e fragilizando o controle fiscal.

Com a nova orientação do Supremo Tribunal Federal, o papel dos Tribunais de Contas será ampliado, assumindo a liderança na fiscalização e no julgamento das contas municipais. Essa mudança reforça o combate às irregularidades e busca assegurar a legalidade na gestão pública local.

Segundo o Supremo Tribunal Federal, a decisão tem efeito imediato, alcançando Processos já em andamento e futuros. Todos os municípios brasileiros precisarão se adequar a esse novo modelo de fiscalização, priorizando critérios técnicos e o julgamento baseado em Pareceres Vinculantes emitidos pelos Tribunais de Contas.

Além disso, em decisão relacionada de fevereiro de 2025, o Supremo Tribunal Federal também autorizou que os Tribunais de Contas julguem diretamente as contas de prefeitos que atuam como ordenadores de despesas - ou seja, responsáveis por assinar Contratos, Licitações e executar o Orçamento. Essa medida reflete a realidade da maioria dos municípios, onde o prefeito centraliza as decisões administrativas e financeiras.

Especialistas em Direito Administrativo, Contadores e Consultores, além de representantes da sociedade veem na decisão do Supremo Tribunal Federal um avanço importante para o fortalecimento do sistema democrático e da transparência na gestão pública. Segundo um Consultor Contábil com atuação na região Sudoeste, que concordou em falar com o JS desde que tivesse a identidade preservada, alegando que presta serviços a Prefeituras e Legislativos Municipais, essa mudança representa um avanço fundamental na transparência, responsabilidade fiscal e integridade da gestão pública. Ressaltou que (a decisão) é uma vitória da técnica sobre a política, que vai evitar distorções motivadas por interesses políticos locais - que comumente acontecem - fortalecendo não apenas o papel dos Tribunais de Contas como órgãos autônomos e especializados, como o trabalho das Assessorias e Contabilidades, promovendo maior equilíbrio nas funções dos poderes municipais, consolidando princípios de transparência, isonomia e fiscalização eficiente na Administração Pública.

ELEIÇÕES 2024

Vereadores de Itambé têm mandatos cassados por fraude na cota de gênero, decide Justiça Eleitoral

■ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

No último dia 4, a Justiça Eleitoral da 201ª Zona Eleitoral de Itambé anunciou a cassação dos diplomas e, conseqüentemente, dos mandatos dos vereadores Bruno Cardoso Lopes (PCdoB) e Alécio de Oliveira Soares (PT). Os dois haviam sido eleitos em 2024 pela Federação Brasil da Esperança, composta por PT, PCdoB e PV. A decisão foi tomada pela Juíza Julianne Nogueira Santana Rios, baseada em uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) movida pelo candidato não eleito João Francisco da Rocha Narde (PSD).



FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Vereadores Bruno Cardoso Lopes (PCdoB) e Alécio de Oliveira Soares (PT)

Conforme a denúncia apresentada, houve suposta fraude no cumprimento da cota de gênero, com o registro de candidaturas femininas fictícias utilizadas apenas para atender à exigência legal que determina aos partidos o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas para cada sexo.

A investigação, conforme ressaltou a magistrada na decisão, evidenciou que não ocorreram ações efetivas de campanha por parte das candidatas mencionadas na denúncia, que obtiveram um número reduzido de votos – apenas 5 para Thide Lira Brito (PT) e 12 para Maria do Carmo Aguiar da Silva (PT). Além disso, a decisão sublinhou a tentativa da petista Thide Lira de simular a contratação de cabos eleitorais, com a finalidade de justificar movimentações financeiras fraudulentas e desviar recursos para contas pessoais.

Com base na Súmula nº 73 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e na jurisprudência consolidada, a magistrada decidiu:

- Cassar o Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários (Drap) da Federação Brasil da Esperança.
- Anular os diplomas dos vereadores Alécio de Oliveira Soares e Bruno Cardoso Lopes.
- Declarar a nulidade dos votos obtidos pela federação, determinando a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário.
- Impor inelegibilidade de oito anos a Thide Lira Brito e Maria do Carmo Aguiar da Silva.

Além das medidas eleitorais, a juíza ordenou o envio de cópias dos Autos à Polícia Civil de Itambé e à Polícia Federal de Vitória da Conquista, para apuração de possíveis crimes eleitorais e de coação relacionados a Thide Lira Brito, aos vereadores Alécio de Oliveira Soares e Bruno Cardoso Lopes, bem como ao candidato não eleito Sivaldo – Ceçula – de Abreu Santos (PT).

Como a decisão é de Primeira Instância, cabendo recurso, os vereadores condenados mantêm seus mandatos enquanto aguardam o julgamento pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Caso a sentença da juíza Julianne Nogueira Santana Rios seja confirmada, o caso poderá ser levado ao Tribunal Superior Eleitoral.

Outro lado

Em suas redes sociais, os dois vereadores que tiveram sentença pela cassação dos diplomas e, conseqüentemente dos mandatos, Alécio de Oliveira Soares (PT) e Bruno Cardoso Lopes (PCdoB), agradeceram as manifestações de apoio que receberam de eleitores e simpatizantes após a divulgação da sentença da juíza Julianne Nogueira Santana Rios, da 201ª Zona Eleitoral de Itambé, anunciaram ter recorrido ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e reforçaram estar confiantes que continuam suas atividades normalmente Legislativo Municipal e que confiam na reversão da decisão na Instância Superior.

○ **LEGISLATIVO MUNICIPAL**

Supremo Tribunal Federal determina afastamento definitivo de presidente da Câmara Municipal de Caculé por descumprir regra de reeleição

■ **DA REDAÇÃO**

redacao@jornaldosudoeste.com

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou no último dia 17, o afastamento definitivo da presidência da Câmara Municipal de Caculé do vereador Jeovane Carlos Teixeira Costa (PSB), ratificando a Medida Liminar proferida em 22 de maio último, em Reclamação que questionava a legalidade da reeleição do socialista para o biênio 2026/2027, o que configurava o terceiro mandato consecutivo no mesmo cargo.

Na sentença que confirmou o afastamento, agora definitivo, do vereador socialista Jeovane Carlos Teixeira Costa, o ministro Alexandre de Moraes reforçou o entendimento que a recondução do vereador do PSB ao cargo de presidente da Câmara Municipal de Caculé, em eleição realizada no último dia 1º de janeiro de 2025 violou a interpretação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a possibilidade de reeleição para as Mesas Diretoras do Poder Legislativo.

Jeovane Carlos Teixeira Costa (PSB) foi empossado presidente da Câmara Municipal em 1º de janeiro deste ano para o terceiro biênio consecutivo, uma vez que estava no cargo desde o biênio 2021/2022.

A recondução foi questionada inicialmente, através de Mandado de Segurança impetrado pelo vereador Paulo Henrique da Silva (União Brasil), no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, arguindo a ilegalidade da reeleição para o terceiro mandato consecutivo do vereador socialista. Na

justificativa, o vereador do União Brasil destacou que a decisão da bancada governista, que teria contado com apoio e articulação da Administração Municipal, afrontou decisões do Supremo Tribunal Federal em julgamento de Ações de Diretas de Inconstitucionalidade que tratavam de casos similares, além dos Princípios Democráticos e Republicanos de Alternância e Temporalidade dos Mandatos Eletivos, no entanto, a Justiça baiana, em decisão proferida pelo Desembargador Nivaldo dos Santos Aquino, da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, indeferiu o pleito e manteve a posse do vereador Jeovane Carlos Teixeira Costa no cargo, fundamentando a propositura da Reclamação à Suprema Corte.

Na decisão liminar e no julgamento do mérito, o ministro Alexandre de Moraes considerou que a sentença da Justiça baiana afrontou o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal vetando a possibilidade de recondução ilimitada de integrantes de Mesas Diretoras nos Legislativos. Destacou uma decisão do ministro Gilmar Mendes, transitada em julgado, ou seja, definitiva e que não pode ser mais objeto de recurso, consolidando que a recondução seria permitida apenas uma vez para as composições já formadas no biênio 2021/2022, sendo vedada qualquer nova reeleição para os mesmos cargos nos biênios seguintes. “Essa regra de transição”, enfatizou o ministro Gilmar Mendes em sua decisão destacada por Alexandre de Moraes, “ao computar a composição da Mesa Diretora (do Legislativo Municipal) no biênio 2021/2022 para fins de contagem da inelegibilidade, longe está de esvaziar o precedente desta Corte, conciliando-o, sim, com o postulado da segurança jurídica”.

Ao analisar o caso do vereador caculeense Jeovane Carlos Teixeira Costa (PSB), o ministro Alexandre de Moraes também apontou decisões recentes da Suprema Corte que reafirmaram não haver sustentação jurídica à recondução do presidente do Legislativo Municipal caculeense, contrariando a tese da defesa do vereador do PSB, apontando que a deliberação da Suprema Corte aplica-se também à “impossibilidade de reeleição sucessiva também aos presidentes de Câmaras Municipais, mesmo que eleitos pela primeira vez antes de 07 de janeiro de 2021”, como argumentado pelos defensores.

Na sentença, o ministro Alexandre de Moraes, ponderou que a eleição do vereador Jeovane Carlos Teixeira Costa (PSB) para presidência da Câmara Municipal de Caculé nos biênios 2021/2022 e 2023/2024, “deve ser considerada para fins de inelegibilidade, uma vez que eventual nova eleição para o período de 2025/2026 configuraria um terceiro mandato consecutivo no mesmo cargo, em afronta à tese jurídica firmada pelo Supremo Tribunal Federal”.

Em sua decisão, o ministro também destacou que caberá, com o afastamento definitivo do vereador Jeovane Carlos Teixeira Costa (PSB) da presidência da Casa, ao Legislativo Municipal caculeense deliberar sobre uma possível reestruturação da sua composição interna. A decisão, pontuou o ministro Alexandre de Moraes, deve ser tomada com base na autonomia político-administrativa garantida pelo Artigo 18 da Constituição Federal. Acrescentou que os princípios legais que sustentaram o Mandado de Segurança apresentado no Tribunal de Justiça da Bahia e, posteriormente, a Reclamação registrada no Supremo Tribunal Federal, não incluíram os demais cargos da Mesa Diretora, portanto, não foi analisada e deve ser deliberada pelos membros da Casa Legislativa, para que seja preservada a autonomia do Legislativo Municipal e o Princípio da Separação de Poderes da República, como formulado por Montesquieu no século XVIII e inscrito no Artigo 2º da Constituição Federal.

Finalizando, o ministro Alexandre de Moraes determinou o afastamento imediato e definitivo do presidente da Câmara Municipal de Caculé eleito no último dia 1º de janeiro, por ofensa ao entendimento estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, risco à segurança jurídica e ao interesse social.



FOTOREPRODUÇÃO/HTTPS://POLITICALVIRE.COM.BR/

Outro lado

Ouvido pela reportagem do JS por meio de mensagens via WhatsApp, o vereador Jeovane Carlos Teixeira Costa (PSB) afirmou com firmeza que planeja recorrer da decisão, a qual, segundo ele, “viola a norma”. Ele comentou que o mesmo ministro (Alexandre de Moraes) já havia votado a favor do reconhecimento da legalidade da eleição para a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cansanção em um caso semelhante ao seu.

O vereador sugeriu que buscássemos contato com seu advogado, Matheus Silva Souza, que teria uma explicação mais detalhada sobre as medidas já adotadas e aquelas que serão tomadas para tentar reverter a sentença do ministro Moraes.

A reportagem do JS tentou, sem sucesso, estabelecer contato com o A Matheus Silva Souza, que não respondeu à abordagem feita através do WhatsApp (77 9 8819-***44).

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

Ibiassucê: Vereadora denuncia ter sido vítima de machismo na Câmara Municipal e acusa vereador do União Brasil

■ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Na sessão ordinária da Câmara Municipal de Ibiassucê, do último dia 9, a vereadora Jussandra de Sousa Silveira Matos (PT) utilizou a tribuna para denunciar sofridos dentro da Casa. Segundo ela, atitudes e comentários feitos pelo vereador Custódio Marcos - Totó - Xavier da Silva (União Brasil), que tem classificado sua atuação parlamentar de forma pejorativa, chamando-a de "atriz" e acusando-a de promover "um espetáculo e uma grande encenação", em suas intervenções cobrando transparência e efetividade da gestão municipal, contribuindo para criar um ambiente hostil e reforçando a importância de combater esse tipo de atitude. Segundo a petista, as recorrentes falas do vereador Custódio Marcos - Totó - Xavier da Silva (União Brasil), depreciando sua atuação na Casa Legislativa extrapolam o debate político e configuram-se um episódio de violência política de gênero, que tem um simbolismo maior, reflete a resistência que há da representação feminina em espaços de poder. Incisiva, a vereadora Jussandra de Sousa Silveira Matos (PT) repudiou o comportamento do parlamentar do União Brasil, ressaltando que seu comportamento não pode ser visto como um evento isolado nem um mero deslize na escolha das palavras. "Trata-se de um ato de violência política de gênero, reconhecido e condenado pela legislação vigente no país", ressaltou.

Para a vereadora petista, não há como não condenar a atitude do colega de Parlamento, que segundo ela, compromete o respeito mútuo e a dignidade da mulher na política, além de afetar sua atuação e credibilidade perante a sociedade.

A vereadora Jussandra Matos reforça que a política deve ser um espaço de diálogo, respeito e inclusão, mas, salienta, que infelizmente tem sido vítima de atitudes machistas por parte do vereador Custódio Marcos - Totó - Xavier da Silva, do União Brasil), o que reforça a necessidade de uma reflexão sobre o comportamento de todos na Casa Legislativa.

A vereadora petista ressalta que o posicionamento

machista e misógino do vereador do União Brasil tem reverberado entre agentes públicos do seu grupo político, o que restou evidente ao constatar, assistindo a transmissão da Sessão da Câmara Municipal nas redes sociais, se deparando com menções feitas a seu respeito como mulher e vereadora por dois servidores comissionados do município, Edimar Pinheiro Ferreira e Mateus Lima Fernandes, respectivamente Diretor e Assessor da Diretoria de Infraestrutura da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Desenvolvimento Econômico.

Para Jussandra Matos, os ataques sofridos na Câmara Municipal e realizados de forma virtual evidenciam que a violência política pessoal e contra as mulheres não se limita ao ambiente do plenário, mas também é praticada no dia a dia por membros da gestão municipal, reacendo o debate sobre a presença feminina na política e a necessidade de promover uma cultura de respeito, igualdade e combate ao machismo nos espaços públicos de decisão. A vereadora anunciou que continuará lutando por uma Câmara Municipal mais inclusiva e livre de qualquer forma de discriminação. E aproveitou para comunicar sua intenção de acionar o Ministério Público para que sejam adotadas medidas legais contra as manifestações de caráter machista e ofensivo, tanto no plenário quanto nas redes sociais.

A denúncia gerou repercussão entre os demais parlamentares e a população, que acompanha de perto as discussões na Câmara Municipal. Dois vereadores ouvidos pelo JS, sob reserva, manifestaram apoio à vereadora e reforçaram a importância de combater atitudes de machismo em todos os ambientes, principalmente o Legislativo.

Embora a vereadora não tenha sinalizado e confirmado que representou o vereador Custódio Marcos Xavier da Silva (União Brasil) à Mesa da Casa, como as declarações machistas e misóginas terem sido feitas durante uma Sessão Ordinária, o presidente da Câmara Municipal de Ibiassucê, vereador Júlio Antônio Farias (MDB), não indicou qualquer disposição em adotar medidas concretas para impedir que esse tipo de comportamento se repita.

Questionado pela reportagem do JS, através de mensagem de texto pelo Aplicativo WhatsApp (77 99196-**60), sobre o posicionamento institucional da Mesa da Casa, o presidente Júlio Antônio Farias (MDB) não respondeu.

A ausência de posicionamento institucional, na avaliação de analistas políticos regionais ouvidos sob reserva pelo JS, reforça a impunidade e normaliza a violência de gênero no espaço público, onde o respeito deveria ser inegociável. "Não basta lamentar", pontuou um experiente político regional, "é preciso agir".

Ao JS, um líder político da microrregião de Ibiassucê, pertencente ao mesmo grupo político do presidente do Legislativo Municipal ibiassuceense, que concordou em falar desde que não tivesse a identidade revelada, saiu em defesa do aliado, que ressaltou, nada poderia adotar nenhuma medida punitiva, considerando que as supostas ofensas proferidas pelo vereador do União Brasil (Custódio Marcos Xavier da Silva) contra a vereadora petista Jussandra Matos, no ambiente da Câmara Municipal, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, estariam protegidas pela imunidade parlamentar. Ressaltou, no entanto, estar certo que o presidente Júlio Antônio Farias (MDB), deve ter conversado com o vereador do União Brasil informalmente para buscar um ambiente de trabalho respeitoso e democrático na Câmara Municipal.



Vereadora Jussandra de Sousa Silveira Matos (PT) denuncia ter sido vítima de machismo e violência de gênero: "Não é apenas contra mim. É contra todas as mulheres que ousam ocupar espaços de poder. E enquanto tentarem nos silenciar, gritaremos ainda mais alto".

Outro lado

Ouvido pelo JS, por mensagem de texto no Aplicativo WhatsApp (77 99161-**73), o vereador Custódio Marcos - Totó - Xavier da Silva (União Brasil), disse não tinha "qualquer constrangimento em reiterar minhas palavras ou esclarecer o ocorrido. Como já mencionei na Sessão anterior à manifestação da colega que se sentiu ofendida, em nenhum momento houve, da minha parte, qualquer intenção de ofender ou de proferir falas que pudessem ser interpretadas como machistas". Segundo ele, a referência feita à colega (vereadora Jussandra de Sousa Silveira Matos, do PT) "foi no sentido de que ela protagonizou uma fala com intensidade semelhante à de uma atriz, no contexto de que atores e atrizes costumam assumir papéis de destaque em obras de ficção - como novelas ou filmes - que, por natureza, não retratam a realidade de forma literal. A analogia foi feita nesse sentido, sem qualquer conotação ofensiva", sublinhou.

O vereador do União Brasil finalizou reiterando que "não houve, por parte de nenhum dos colegas presentes, qualquer manifestação de cunho racista ou machista. Estou à disposição para o diálogo e para esclarecer qualquer mal-entendido, sempre com respeito e compromisso com a boa convivência no ambiente Legislativo".

o IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Oposição denuncia suposta malversação de recursos públicos em contrato celebrado pela Prefeitura Municipal de Caculé

■ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Na sessão da Câmara Municipal de Caculé, realizada no último dia 09, a oposição, por meio do líder da bancada, vereador Paulo Henrique da Silva (União Brasil), utilizou a tribuna para fazer denúncias graves envolvendo supostos desvios de recursos públicos pela Prefeitura Municipal relacionados a um contrato celebrado com a Empresa Prates Produtos Médicos Odontológicos Ltda, de propriedade do empresário e ex-vereador Ari Rodrigues Teixeira.

De acordo com as investigações conduzidas pelos vereadores da oposição, há indícios de que a Empresa estaria emitindo Notas Fiscais, que imediatamente são canceladas, e mesmo assim os pagamentos estariam sendo feitos regularmente pela Prefeitura Municipal de Caculé. A denúncia aponta ainda que a Administração Municipal não estaria realizando a verificação da validade dessas Notas Fiscais junto à Secretaria de Estado da Fazenda da Bahia, o que, em tese, estaria facilitado a prática ilícita.

Segundo o líder da oposição, há indícios robustos de que a Administração Municipal, com envolvimento e efetiva participação ou omissão dos titulares das Secretarias Municipais da Fazenda e da Administração e Finanças, nos desvios de recursos e que os serviços/produtos contratados não estariam sendo entregues.

O vereador opositor destacou ainda que a Prates Produtos Médicos Odontológicos Ltda sequer poderia ter participado de um Processo Licitatório ou de uma Contratação Direta, uma vez que, em 2022, teve contratos rescindidos pelo ente público por determinação da 1ª Câmara de Tribunal de Contas dos

Municípios da Bahia. Essa decisão, recorda o vereador Paulo Henrique da Silva (União Brasil), foi tomada após julgamento de uma Representação da bancada opositora, que revelou irregularidades no Procedimento Licitatório e na contratação da referida empresa. Na ocasião, a denúncia apontou, e posteriormente foi confirmado pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, que houve direcionamento no Processo Licitatório, incluindo o fato de o responsável pelo contrato (encarregado pela solicitação de materiais e fiscalização dos serviços), Farmacêutico Tiago Andrade Costa Brito, ser servidor comissionado lotado na Secretaria Municipal de Saúde e também membro do Conselho Municipal de Saúde, ao mesmo tempo em que respondia pela Responsabilidade Técnica da Prates Produtos Médicos Odontológicos Ltda. Ainda em 2022, após a denúncia, Tiago Andrade Costa Brito foi exonerado da Secretaria Municipal de Saúde e nomeado titular da Corregedoria Geral do Município.

A denúncia, em 2022, também revelou, destaca o vereador Paulo Henrique da Silva (União Brasil), que William Lima Gonçalves, então vice-prefeito e acumulando o cargo de Secretário Municipal de Administração na época, desempenhou papel de fato de prefeito e ordenador de despesas durante o Processo Licitatório que resultou na contratação da Prates Produtos Médicos

Odontológicos Ltda. Segundo os documentos anexados à Representação, William Gonçalves conduziu e assumiu pessoalmente a responsabilidade pela liquidação e execução do contrato, além de autorizar os pagamentos correspondentes, consolidando a irregularidade apontada pelos Conselheiros da 1ª Câmara do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.

Ao JS, por telefone, o vereador Paulo Henrique da Silva (União Brasil) declarou que a denúncia foi protocolada junto a órgãos de fiscalização e controle, incluindo a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União (CGU), a Secretaria de Estado da Fazenda da Bahia e o Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia. Segundo ele, essas ações visam esclarecer e responsabilizar os envolvidos na possível má gestão de recursos públicos, reforçando haver a necessidade de uma investigação aprofundada por parte dos órgãos competentes, para garantir transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos do município de Caculé.



Vereador Paulo Henrique da Silva (União Brasil), líder da banca de oposição na Câmara Municipal de Caculé

Outro lado

A reportagem do JS, tentou, através de mensagem de texto no Aplicativo WhatsApp, encaminhada à Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal (71 99256-***30), ouvir o prefeito Pedro – Pedrão – Dias da Silva e o vice-prefeito William Gonçalves Lima, ambos do PSB, para oportunizar que pudessem comentar e contraditar as denúncias feitas pelo líder da oposição no Legislativo Municipal, mas não teve retorno até o fechamento desta edição.

A reportagem também tentou, sem sucesso, localizar e ouvir o empresário Ari Rodrigues Teixeira. O espaço continua aberto caso queiram se manifestar.

○ PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL

Candidata a Vice-presidência do Diretório Regional do PT defende descentralização e participação ativa dos Diretórios Municipais nas decisões partidárias

Em entrevista a um Podcast do Eduardo Mattedi, de Salvador, postada em suas redes sociais, a candidata à vice-presidência do Diretório Regional, economista Ellen Coutinho, enfatizou a importância da descentralização das decisões dentro do partido e a necessidade de uma participação efetiva dos Diretórios Municipais nas deliberações que impactam a legenda.

A candidata na chapa encabeçada pelo sociólogo Jonas Paulo Oliveira Neres, da Corrente Nacional “Construindo um Novo Brasil”, é conhecida pelo seu trabalho em defesa de um partido democrático, coletivo, orgânico das lutas sociais, com raízes fortes na sua base. Crítica desde 2019 da atual gestão da legenda no Estado, tem apontado que a centralização das decisões do Diretório Regional estaria, em sua opinião, levando a um distanciamento entre a liderança e a base. Segundo ela, os municípios são os verdadeiros laboratórios da política, pois são nas cidades que as demandas reais da população aparecem, e por esta razão diz ser fundamental que o Diretório Regional deva ouvir essas vozes, destacando que a diversidade de realidades nos diferentes Territórios e municípios baianos deve ser refletida nas decisões do partido.

Ellen Coutinho insiste na proposta de um novo modelo de gestão que priorize a escuta e a inclusão das lideranças municipais nas discussões e estratégias do PT. “(...) Precisamos reconstruir a relação entre o Diretório Estadual e os Diretórios Municipais. Ter organicidade, presença da Direção Estadual nos Territórios. Vamos desencastelar a Direção Estadual, devolver o PT para sua militância. Vamos fazer um pacto com os municípios para reconstruir a força do nosso Partido”, pontuou.

Segundo Ellen Coutinho, um processo mais democrático e participativo não apenas fortalecerá a legenda, mas também a tornará mais responsiva às necessidades da população. Ela pondera que quando os Diretórios Municipais têm voz, é possível construir políticas mais justas e eficazes. “Nossa luta deve começar pelo reconhecimento das especificidades de cada lugar”, ressalta.

Um dos pontos centrais da proposta dos candidatos da Corrente “Construindo um Novo Brasil”, pontua Ellen Coutinho, candidata a vice-presidente nos contatos com as bases, é a criação de um eixo de articulação constante entre os Diretórios Municipais e o Regional. Além disso, tanto ela quanto o candidato a presidente, Jonas Paulo Oliveira Neres defendem a promoção de ciclos de formação política para as lideranças

municipais, a fim de capacitá-las a influenciar as decisões do partido. Ellen Coutinho entende ser fundamental que cada membro do PT se sinta parte do processo decisório. E para isso, ressalta, a formação política é uma das ferramentas mais poderosas para empoderar as bases.

Ellen Coutinho tem repetido, em sua caminhada pelo Estado, estar ciente de que a tarefa de implementar as mudanças propostas na cultura do partido não será simples. Mesmo sabendo que ela e Jonas Paulo enfrentam o desafio de convencer tanto a ala mais tradicional quanto os novos membros da importância dessa reestruturação, diz que suas trajetórias e o compromisso que têm com a democracia e a inclusão sinalizam que ambos estão dispostos a enfrentar as barreiras.

A proposta de descentralização e a defesa de uma participação efetiva dos Diretórios Municipais nas decisões do PT trazem à tona uma discussão importante sobre como os partidos podem e devem se renovar. A candidatura da economista Ellen Coutinho à vice-presidência do Diretório Regional, segundo algumas lideranças da legenda na região, ouvidas sob reserva pelo JS, é um símbolo de esperança para muitos que acreditam que a verdadeira transformação política se inicia na valorização das vozes locais. A expectativa agora é saber como essa visão será recebida e quais passos serão dados na direção de uma política mais inclusiva e representativa.



**MARLITO
LACERDA**
CONTABILIDADE

○ **LEGISLATIVO MUNICIPAL**

Vereador Ivan Cordeiro faz análise dos primeiros seis meses à frente da presidência da Câmara Municipal de Vitória da Conquista

■ **DA REDAÇÃO**

redacao@jornaldosudoeste.com

Graduado em Administração com MBA em Liderança e Mestre em Ciências das Religiões, Ivan Cordeiro da Silva Filho (PL) construiu uma trajetória política marcada por postura conservadora, dedicação à inclusão social, infraestrutura e melhoria da qualidade de vida. Sua atuação inclui o cargo de ex-secretário municipal de Serviços Públicos e de Mobilidade Urbana, exercido entre setembro de 2017 e fevereiro de 2019, quando pediu exoneração por discordar de medidas que considerava excessivamente rigorosas, adotadas pelo então prefeito Herzem Gusmão Pereira (MDB);

Eleito em 2020 para uma cadeira na Câmara Municipal e reeleito em 2024 com 3.133 votos, Ivan Cordeiro da Silva Filho vem se consolidando como uma das principais lideranças políticas de Vitória da Conquista e sua macrorregião. Seu trabalho nestes primeiros seis meses de gestão lhe rendeu respeito no Legislativo local, reconhecimento popular e especulações, embora prematuras, sobre sua possível candidatura à sucessão municipal em 2028.

Em janeiro de 2025, Ivan Cordeiro foi eleito presidente da Câmara Municipal de Vitória da Conquista, conquistando uma ampla maioria com 15 votos favoráveis, além de sete votos brancos



e uma abstenção. Desde então, tem se destacado por uma gestão firme, focada na promoção do diálogo, transparência e na ampliação da participação popular e parlamentar em temas de relevância local e regional.

Durante o encerramento do primeiro período legislativo de 2025, na Sessão Ordinária do último dia 18 de junho, o presidente fez uma avaliação dos primeiros seis meses à frente do Legislativo, destacando avanços importantes. Entre eles, citou a criação da Bancada Feminina, composta pelas quatro vereadoras eleitas em 2024 [Cristiane – Cris Rocha – Santos Rocha Cestari (MDB), Dirleia – Leia de Quinho – Santos Meira (PSD), Lara de castro – Dr^a Lara – Araújo Fernandes (Republicanos) e Márcia Viviane de Araújo Sampaio (PT)]. A iniciativa visa fortalecer a presença feminina na política local e valorizar o protagonismo das vereadoras, além de simbolizar um avanço na inclusão de gênero no Parlamento conquistense.

Outro destaque foi o início do processo de reforma da Lei Orgânica do Município, conduzida de forma colaborativa pelos vereadores, com agradecimentos à Comissão responsável pelo trabalho. Ivan Cordeiro também ressaltou a reestruturação da Ouvidoria da Câmara, uma iniciativa que busca ampliar a participação cidadã por meio de novos canais de comunicação, tornando a Casa mais acessível e receptiva às demandas da população.

Na esfera de ações externas, o presidente relatou uma visita a Brasília, onde acompanhado dos vereadores Antoniel – Natan da Carroceria – Alves da Silva (Avante), Antônio Ricardo – Babão – Pereira dos Santos (PCdoB), Cristiane – Cris Rocha – Santos Rocha Cestari (MDB), Fernando – Jacaré – Vasconcelos Silva (PT), Luciano Gomes Lisboa (PCdoB) e Márcio – de Vivi – Viana Mendes (PSD), encaminhou demandas relacionadas à mobilidade urbana, como a construção de viadutos e passarelas no trecho urbano da BR-116, no Anel Rodoviário. Reuniões com o ministro de Estado dos Transportes, José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, da qual também participou o governador do Estado, Jerônimo Rodrigues Souza (PT), resultaram na garantia de recursos para a construção de dois viadutos na rodovia, contribuindo para a melhoria da infraestrutura local.

Ao concluir sua avaliação, Ivan Cordeiro reafirmou o compromisso de sua gestão com uma Câmara de Vereadores mais inclusiva, representativa e alinhada às necessidades do município, reforçando seu compromisso com a população de Vitória da Conquista.

* COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA



CONSULTORIA E ASSESSORIA MUNICIPAL

Ação e Organização a serviço da Administração Pública

End.: Av. Jesiel Norberto, 367 - Candeias

Tel.: (77) 3424-6429

Vitória da Conquista - BA

○ PESQUISA CIENTÍFICA

Jovens desenvolvem spray terapêutico natural à base de plantas medicinais para aliviar inflamações

■ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

FOTO: WILLIAM OLIVEIRA



Inspiradas nos saberes dos avós, estudantes de Isasmyn Vitória Teixeira Melo e Maria Luísa da Trindade Silva, de Candiba, criaram fórmula com Mastruz, folhas de Cânfora e cachaça

Estudantes do Colégio Estadual de Tempo Integral Antônio Batista de Candiba, Isasmyn Vitória Teixeira Melo e Maria Luísa da Trindade Silva, com orientação do Professor de Biologia e Iniciação Científica Caio Cezar da Silva, criaram um spray terapêutico feito com ingredientes naturais para tratar inflamações, buscando uma alternativa acessível e eficaz.

A escolha das plantas – Mastruz (*Dysphania ambrosioides*) e folhas de Cânfora – foi baseada no conhecimento tradicional transmitido por gerações familiares, valorizando saberes populares. Para extrair as propriedades medicinais dessas plantas, as estudantes utilizaram a cachaça, um método que potencializa os efeitos dos componentes naturais, diferenciando-se da utilização da Cânfora Industrial em Pedra.

Segundo Isasmyn Melo, a seleção dos ingredientes considerou suas propriedades anti-inflamatórias, analgésicas e antimicrobianas. Maria Luísa complementa explicando que a Cânfora ajuda a aliviar dores, estimular a circulação sanguínea e proporcionar efeito refrescante, enquanto o Mastruz combate inflamações e infecções. A cachaça, por sua vez, atua como Agente Antisséptico Natural.

Para testar a eficácia do produto, seis voluntários com inflamações utilizaram o spray várias vezes ao dia. Conforme relataram, já no segundo ou terceiro dia, perceberam melhorias significativas nos sintomas, indicando o potencial do produto em reduzir inflamações de forma natural.

As estudantes, apoiadas pela Secretaria de Estado da Educação da Bahia e orientadas pelo Professor Mestre em Química (Química Orgânica Aplicada) Janiel Ramos de Amaral, planejam aprimorar a fórmula e ampliar suas aplicações. Entre as possibilidades estão a adição de plantas como Arnica (*Arnica montana*) e Girassol (*Helianthus annuus* Linnaeus), conhecidas por suas propriedades similares, além da adaptação do spray para uma forma de pomada, visando ampliar o uso e os benefícios do produto natural.

Este Projeto destaca o valor do conhecimento tradicional aliado à inovação jovem, promovendo alternativas acessíveis e sustentáveis para o cuidado da Saúde.



Jornaldosudoeste

○ PESQUISA COMERCIALIZAÇÃO DE MEL

Pesquisa revela alta taxa de adulteração em Mel comercializado em Feiras Livres de Itapetinga e Itororó

■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

Um estudo realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), campus de Itapetinga, revelou que 90% das amostras de Mel coletadas em Feiras Livres das cidades de Itapetinga e Itororó apresentaram sinais de contaminação, como a adição de açúcares e amidos.

A pesquisa, conduzida pelo professor Adailton Freitas Ferreira, do Departamento de Tecnologia Rural e Animal do campus Itapetinga da Universidade, destacou preocupações importantes sobre a qualidade do produto e os riscos à saúde do consumidor.

De acordo com o pesquisador, a adulteração do Mel pode representar riscos à saúde, sobretudo para pessoas com doenças crônicas, como Diabetes e Hipertensão. “A presença de amido e açúcar na composição do Mel compromete sua qualidade e pode causar problemas à saúde. Além disso, produtores e comerciantes honestos são prejudicados, pois enfrentam concorrência desleal com indivíduos que vendem produtos adulterados de forma clandestina”, explicou Adailton Ferreira.

As amostras foram adquiridas em diferentes períodos e submetidas a análises no Laboratório de Bromatologia e Nutrição Animal da Uesb, seguindo as diretrizes do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel.

Foram realizados testes específicos para detectar adulteração e avaliar aspectos físico-químicos essenciais, como umidade, pH e teor de açúcares totais. “Nenhuma das amostras analisadas atendeu integralmente aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, apresentando falhas em pelo menos um dos parâmetros exigidos”, acrescentou o professor.

A pesquisa, conduzida pelo professor Adailton Freitas Ferreira, do Departamento de Tecnologia Rural e Animal do campus Itapetinga da Universidade, destacou preocupações importantes sobre a qualidade do produto e os riscos à saúde do consumidor.

De acordo com o pesquisador, a adulteração do Mel pode representar riscos à saúde, sobretudo para pessoas com doenças crônicas, como Diabetes e Hipertensão. “A presença de amido e açúcar na composição do Mel compromete sua qualidade e pode causar problemas à saúde. Além disso, produtores e comerciantes honestos são prejudicados, pois enfrentam concorrência desleal com indivíduos que vendem produtos adulterados de forma clandestina”, explicou Adailton Ferreira.

As amostras foram adquiridas em diferentes períodos e submetidas a análises no Laboratório de Bromatologia e Nutrição Animal da Uesb, seguindo as diretrizes do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel. Foram realizados testes específicos para detectar adulteração e avaliar aspectos físico-químicos essenciais, como umidade, pH e teor de açúcares totais. “Nenhuma das amostras analisadas atendeu integralmente aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, apresentando falhas em pelo menos um dos parâmetros exigidos”, acrescentou o professor.

Além do Mel, também foram analisadas amostras de Pólen Apícola e Melipônica adquiridas em cinco eventos realizados em 2024. Para esses produtos, o procedimento de análise não inclui testes de adulteração,

sendo avaliados apenas os parâmetros exigidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, como umidade, cinzas, lipídios, proteínas, açúcares totais, fibra bruta, acidez livre e pH. Das amostras coletadas, o único parâmetro que não atendeu ao requisito mínimo foi a umidade.

A pesquisa reforça a necessidade de fiscalização rigorosa e de conscientização dos consumidores sobre os riscos da adulteração do Mel, além de valorizar os produtores que atuam de forma ética e transparente no mercado local.

* COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/VITÓRIA DA CONQUISTA



90% das amostras coletadas apresentaram contaminação por ação de açúcares e ou amidos.



A adulteração do Mel pode trazer riscos à saúde de pessoas com doenças crônicas como Diabetes e Hipertensão

○ PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO

Justiça determina que Prefeitura de Itarantim deve pagar o Piso Salarial Nacional aos professores da Educação Básica

■ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com



No início deste mês, o Tribunal de Justiça da Bahia determinou que a Prefeitura Municipal de Itarantim deve cumprir a obrigatoriedade de pagar o Piso Salarial Nacional aos profissionais da Educação Básica. A decisão foi tomada após análise de uma Ação Civil Pública movida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (Aplb/Sindicato) – Núcleo de Itarantim, que reivindicava o direito dos educadores ao valor estabelecido pela Lei Federal nº 11.738/2008, atualizada pela Portaria nº 67/2022.

A Prefeitura Municipal de Itarantim havia alegado na Justiça que enfrentava dificuldades financeiras que impediam o pagamento do Piso Salarial determinado pelo Governo Federal. Contudo, o Tribunal de Justiça da Bahia considerou essa justificativa insuficiente para dispensar o município do cumprimento da legislação. A decisão reforçou que a Constituição Federal garante o direito ao Piso Salarial dos professores e que obstáculos orçamentários não podem ser usados como justificativa para descumprir essa obrigação.

O Acórdão também destacou que a legislação prevê mecanismos de apoio financeiro por parte da União, caso o município comprove a necessidade de suporte adicional para garantir o pagamento do Piso. Assim, a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Itarantim é assegurar o pagamento de acordo com o Piso, podendo buscar recursos federais quando necessário.

A Prefeitura Municipal recorreu da decisão, mas o recurso foi negado pelo Tribunal de Justiça, que manteve a sentença, alterando apenas formalmente o valor atribuído à causa, sem modificar o mérito da decisão.

Essa decisão do Tribunal de Justiça da Bahia reforça o compromisso do Poder Judiciário em assegurar o direito dos professores a uma remuneração digna e a responsabilidade dos municípios no cumprimento da legislação federal, mesmo diante de limitações financeiras. Além disso, evidencia a importância de que as Prefeituras Municipais busquem apoio financeiro da União para cumprir suas obrigações constitucionais na valorização do magistério.

Outro lado

A reportagem do JS não conseguiu contato com o prefeito Fábio Pereira Gusmão (PSD) e a secretária municipal de Educação, Adriana Márcia de Battisti, para oportunizar que pudessem comentar a decisão do Tribunal de Justiça da Bahia.

O espaço continua aberto caso queiram se manifestar.

TRANSPORTE ESCOLAR

Oposição protocola Requerimento para abertura de CPI para investigar recursos do transporte escolar em Ituaçu

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Os vereadores Marcio Aparecido Araújo Rocha (União Brasil), Otacílio Caires de Souza (Progressistas), Railan da Silva Oliveira (União Brasil), Vanildo Ribeiro Araújo (União Brasil), membros da bancada de Oposição na Câmara Municipal de Ituaçu, protocolaram na última Sessão Ordinária do primeiro período legislativo de 2025, na manhã da quinta-feira, 26, o Requerimento para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo de investigar a aplicação dos recursos públicos destinados ao Programa de Transporte Escolar. A preocupação central é com a contratação da Empresa Araújo Alves Empreendimentos Ltda EPP, para prestação dos serviços de Transporte Escolar, que desde 2021 vem tendo seus contratos aditivados, mas que não estaria oferecendo um serviço eficiente e de qualidade para os alunos da rede municipal de Ensino.

Segundo denúncias e queixas de pais e responsáveis que embasaram o Requerimento, os veículos utilizados pela Empresa apresentam condições precárias de conservação, sem as mínimas condições de segurança, além de muitos motoristas demonstrarem despreparo ao dirigir os ônibus escolares, havendo relatos de que muitos deles não possuem o treinamento adequado, o que viola normas importantes de trânsito, como as previstas nos Artigos 138 e seguintes do Código de Trânsito Brasileiro.

Ressaltam os vereadores opositores no Requerimento para abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito, que apesar de receber valores expressivos ao longo desse período (2021/2025), a Empresa Araújo Alves Empreendimentos Ltda EPP tem se mostrado indiferente às reclamações da comunidade escolar. Ao contrário, reforçam os vereadores, mantém uma postura negligente, sem

demonstrar interesse em corrigir as deficiências apontadas. “Essa conduta coloca em risco a segurança dos estudantes, além de evidenciar uma grave irresponsabilidade por parte da contratada”, aponta o vereador Marcio Aparecido Araújo Rocha (União Brasil).

Segundo ele, refletindo o sentimento dos demais membros da oposição e da comunidade escolar, o que chama atenção é que, até o momento, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, não adotou ou sinalizou disposição de tomar providências concretas para resolver essas irregularidades. Segundo relataram aos vereadores pais e alunos atendidos pela Empresa, apesar das várias denúncias feitas à Secretaria Municipal de Educação, não foram adotadas medidas concretas ou divulgadas ações de notificação ou de tentativa de correção das falhas. Segundo eles, a Administração Municipal tem se limitado a realizar pagamentos vultuosos, mesmo diante das evidências de problemas graves na prestação do serviço.

Diante desse cenário, a oposição acredita que uma investigação aprofundada é fundamental para esclarecer o uso dos recursos públicos e garantir que os direitos dos estudantes sejam respeitados. E, sublinham, a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito visa justamente apurar possíveis irregularidades e omissões e assegurar que o transporte escolar seja realizado de forma segura, eficiente e responsável.

Os robustos indícios de irregularidades e de omissão da Administração Municipal destacados no Requerimento, pontua o vereador Márcio Aparecido Rocha Araújo (União Brasil), são corroborados por um Parecer Conclusivo do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social (Cacs/Fundeb), referente ao exercício de 2021, encaminhado à então secretária municipal de Educação, Adjia Conceição Barreto, em 13 de abril de 2022, expondo as anomalias na prestação dos serviços pela Empresa Araújo Alves Empreendimentos Ltda EPP. Para os vereadores da oposição, a persistência das irregularidades destacadas no Parecer Conclusivo do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social evidencia que o Governo Municipal tem adotado uma postura omissa, desrespeitando o interesse público, evidenciando a importância da abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito para possibilitar aos membros do Legislativo Municipal apurar possíveis desvios de finalidade, sobrepreço e má gestão de recursos públicos no Contrato de Prestação de Serviços de Transporte Escolar.

A abertura do procedimento deverá ser definida pelo presidente da Casa, vereador Almir Santos Pessoa (PSD), no retorno dos trabalhos legislativos, em agosto.



Vereadores Marcio Aparecido Araújo Rocha (União Brasil), Otacílio Caires de Souza (Progressistas), Railan da Silva Oliveira (União Brasil), Vanildo Ribeiro Araújo (União Brasil), subscritores do Requerimento para instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar irregularidades no Transporte Escolar.

Outro lado

A reportagem do JS tentou contato, através de mensagens de texto pelo Aplicativo WhatsApp com o prefeito Phellipe Ramonn Gonçalves Brito, do PSD (77 98233-**48) e o atual secretário municipal de Educação, Ricardo Emanuel dos Anjos Souza (77 98129-**44), no entanto, até o fechamento desta edição, não teve retorno.

O espaço continua aberto caso queiram se manifestar.

○ **CONTROVÉRSIA**

Entre o encanto e controvérsia - o que está por trás da polêmica dos 'Bebês Reborn'?

■ **DA REDAÇÃO ***

redacao@jornaldosudoeste.com



FOTO: FRENCK

O debate entorno da polêmica dos Bebês Reborn é a suposta linha tênue entre o saudável e um possível comprometimento à Saúde Mental

Nos últimos anos os Bebês Reborn conquistaram espaço no universo do colecionismo, da arte e até mesmo da Terapia. Essas bonecas hiper-realistas, que parecem verdadeiros recém-nascidos, têm gerado debates acalorados sobre seus aspectos éticos, emocionais e sociais. Mas o que exatamente está por trás dessa polêmica?

Criados inicialmente na década de 1990, os Bebês Reborn são bonecas artesanais feitas com detalhes minuciosos que reproduzem a aparência de recém-nascidos, incluindo pele, cabelos, unhas e até expressões faciais. Seus criadores utilizam materiais específicos, como silicone ou vinil, para garantir o máximo realismo.

Essas bonecas despertam o interesse de diversos públicos, incluindo colecionadores, artistas, profissionais da Saúde e até pais que enfrentam o luto ou buscam uma companhia realista para crianças com necessidades especiais. Sua popularidade cresce especialmente nas redes sociais, onde os artistas compartilham suas criações e os detalhes do processo de fabricação.

Para muitos, os Bebês Reborn representam uma forma de arte e um hobby inofensivo. No entanto, há quem questione os efeitos psicológicos e sociais dessa busca pelo realismo extremo. Alguns apontam que a obsessão por bonecas tão semelhantes a bebês reais pode gerar uma desconexão com a realidade, especialmente entre jovens ou pessoas em fase de luto.

Além disso, Agentes da Segurança Pública e Conselheiros Tutelares expressam preocupações quanto ao possível uso dessas bonecas em situações ilegais ou antiéticas. Entre os riscos apontados estão a criação de "fakes" para enganar ou manipular pessoas e, em casos extremos, sua utilização em contextos de exploração infantil. Embora tais ocorrências ainda sejam raras, o debate sobre essas implicações segue relevante.

Por outro lado, entre Psicólogos e Psiquiatras, há relatos de que as Bonecas Reborn têm um efeito terapêutico para pessoas que passaram por perdas, depressão ou ansiedade. Algumas Instituições de Saúde até já estariam utilizando esses bonecos como ferramenta de apoio emocional, ajudando pacientes a lidar com o luto ou a desenvolver habilidades de cuidado e empatia.

A polêmica envolve também questões éticas. Alguns críticos afirmam que a obsessão pelo realismo pode incentivar comportamentos compulsivos ou patologias relacionadas ao apego. Outros defendem que, enquanto a atividade for ética e consciente, ela deve ser respeitada como uma forma de expressão artística e emocional.

Os Bebês Reborn, nesse contexto, representam um fenômeno multifacetado que une Arte, Terapia e Cultura Popular. Embora pareçam inofensivos, eles sugerem reflexões importantes sobre os limites individuais, especialmente em uma sociedade cada vez mais competitiva e voltada para o individualismo. O debate se estende à convergência entre o lúdico e a realidade, bem como ao impacto psicológico da busca incessante pela perfeição e pelo realismo em objetos de afeição. E, como qualquer manifestação cultural, como apontou uma Psicóloga ouvida sob reserva pelo JS, a importância de incentivar um diálogo aberto e consciente com as pessoas envolvidas emocionalmente com os bonecos, que permita uma reflexão equilibrada sobre seus benefícios e possíveis riscos.

○ ANÁLISE

Maternidade simbólica: Psicanalista explica sobre o apego emocional aos Bebês Reborn

■ LÍLIAN LOPES – ASCOM

lilian.lopes@medco.med.br

A febre dos Bebês Reborn que estourou na década de 1990 e encantou muitas meninas, surge novamente em 2025, porém com uma nova roupagem: mulheres adultas, solteiras ou não, estão criando laços profundos afetivos, como se os bonecos fossem seus filhos e transbordando o instinto maternal.

O apego é tão intenso que, essa mulher tenta reproduzir todos os processos e atos de uma maternidade real. Mas o que está por trás dessa tentativa de substituição de cuidado? Seria fuga, medo, carência, infantilização? Esse comportamento, sob a Ótica Psicológica, sugere uma possível tentativa de esconder, dores ou culpas invisíveis, não verbalizadas, que são melhor expostas através do cuidado com um boneco.

Segundo a Psicanalista Andrea Ladislau, pelo prisma emocional, podemos entender essa questão, como uma espécie de tentativa de cura, camuflagem de feridas e traumas de infância.

“Claro que, não podemos generalizar as razões, afinal somos seres individualizados e a resposta tem a ver com a construção da trajetória de vida de cada um. E preciso entender o histórico das experiências anteriores, pois uma infertilidade, uma desilusão amorosa profunda, a perda de um filho, uma solidão crônica e intensa, ou mesmo a cicatriz de uma maternidade interrompida ou frustrada, pode ser o ponto de partida para a compreensão dessa conexão”, explica a psicanalista.

Andrea explica que a representatividade simbólica do afeto e amor maternal, transferida para o boneco, permite a essa “mãe”, expressar o seu mais puro sentimento: amor, afeto, cuidado e a oferta de um lugar seguro, acolhedor, onde ela não correrá o risco de errar nas práticas maternas e poderá, além de tudo, se eximir das frustrações e responsabilidades que a maternidade verdadeira impõe.

“O vínculo afetivo é construído a partir das construções mentais, mal elaboradas, que são reforçadas por uma ilusão patológica, uma armadilha da mente para cobrir um vazio existente” explica.



– Andréa Ladislau é Doutora em Psicanálise Contemporânea, Neuropsicóloga. Graduada em Letras - Português/ Inglês, Pós graduada em Psicopedagogia e Inclusão Digital, Administração de Empresas Administração Hospitalar.

É preciso relativizar os casos

Andrea ressalta que, não é regra que todas as mulheres que se tornam “mães de um Bebê Reborn” estão vivendo um sofrimento psíquico. Muitas, são colecionadoras lidam com a situação sem qualquer dor ou sentimento distorcido.

“A classificação de um sofrimento psíquico se dá, a partir da intensidade desse apego emocional e do nível de consciência dessa mulher para compreender que a troca afetiva com um “objeto”, inanimado, não representa uma maternidade real e muito menos pode ressignificar dores invisíveis”, explica.

A Especialista explica que julgar ou rotular a “Maternidade Reborn”, como sendo uma mentira ou uma farsa, é uma clara representação da ausência de empatia e respeito com sentimentos alheios.

“Não podemos apontar dedos, pois não sabemos o que dói no outro. Acolher e ajudar, principalmente, em casos de sofrimento evidente, reflete reciprocidade e abre espaço para uma escuta ativa, acolhedora, presente, bem como para a compreensão mútua”, diz.

A Psicanalista analisa que é preciso ter reponsabilidade com as falas e os atos, para não agir de encontro ao preconceito e discriminação gratuita do outro.

“Oferecer e abrir espaço para que essa mulher se sinta à vontade para expressar o que sente, é fundamental. Sentimentos como luto, solidão e ausências, podem ser os grandes protagonistas desse cenário”, finaliza.

o **VIOLÊNCIA CONTRA MULHER**

A nova face da violência contra a mulher: entenda o que é Violência Vicária

Fenômeno ainda pouco conhecido no Brasil expõe como filhos e filhas podem ser usados como armas para ferir emocionalmente as mães

■ **LEONARDO MINARDI – ASCOM (AGÊNCIA MERCADOCOM)**

leonardo@mercadocom.com.br



Pouco conhecida no país, a Violência Vicária é um tipo de agressão emocional e/ou psicológica praticada na maioria dos casos por pais contra mães, em que filhos e filhas são usados como instrumento de vingança ou controle. O termo, ainda em processo de maior reconhecimento jurídico no Brasil, é desconhecido por boa parte dos advogados. De toda sorte, aos poucos, passa a ser discutido com mais força nos Tribunais e tem ganhado visibilidade em debates sobre violência de gênero.

Segundo o advogado Renê Freitas, Especialista em Direito de Família com foco no público feminino, a Violência Vicária é uma forma de manter o ciclo de abuso mesmo após o fim da relação.

“É quando o agressor usa terceiros, na maioria dos casos o próprio filho, como ferramenta para continuar a ferir a mulher, geralmente após o rompimento do relacionamento. Ele sabe que, ao atingir o filho ou dificultar o vínculo entre mãe e criança, causa dor psicológica profunda. O alvo é a mãe, o filho é apenas um instrumento para a violência ser efetivada”, explica Freitas.

A Violência Vicária pode se manifestar de maneiras diversas, muitas vezes disfarçadas de atitudes legais ou cotidianas. Entre as formas mais comuns estão a Alienação Parental – quando o agressor manipula emocionalmente a criança para que ela rejeite ou tema a mãe –, e as ameaças de retaliação, como tirar a guarda ou desaparecer com o filho.

Também é frequente a Negligência Proposital, em que o responsável se recusa a cuidar adequadamente da criança com o objetivo de atingir emocionalmente a mãe. Outra prática recorrente é o chamado Abuso Judicial: o uso constante e distorcido do Sistema de Justiça para afastar a mulher dos filhos ou levá-la à exaustão emocional e financeira.

“A Violência Vicária está quase sempre escondida em atos dissimulados, o que dificulta a sua caracterização. Enquanto a nossa sociedade não estiver atenta para esse tema, mães continuarão aprisionadas num ciclo de violência, mesmo após o término do relacionamento conjugal”, explica o advogado.

Um conceito recente, mas urgente

O termo Violência Vicária surgiu na Espanha, onde foi reconhecido como crime em 2021. No Brasil, ainda não há legislação específica, mas casos do tipo têm sido enquadrados como Violência Psicológica ou Moral, especialmente à luz da Lei Maria da Penha.

“Já temos meios legais de proteger essas mulheres, mas precisamos avançar para que a Violência Vicária seja reconhecida com a gravidade que tem. É uma violação não só contra a mulher, mas também contra o direito da criança de viver em um ambiente afetivo e seguro”, defende Freitas.

Além do sofrimento imposto à mulher, a Violência Vicária também compromete o desenvolvimento emocional da criança, que é envolvida em um conflito que não compreende e muitas vezes se vê obrigada a escolher um lado. Especialistas em Saúde Mental alertam para o risco de traumas, depressão infantil, baixa autoestima e insegurança emocional duradoura.

Como identificar e buscar ajuda

A Violência Vicária pode ser silenciosa, mas deixa sinais que não devem ser ignorados. Um dos indícios mais comuns é quando a criança começa a repetir frases negativas sobre a mãe, mesmo sem ter vivenciado situações que justifiquem esse comportamento. Outro alerta é o afastamento repentino e sem explicação da criança em relação à mãe, ou ainda quando o genitor responsável se recusa a cumprir acordos formais de guarda e visitas.

“O desejo de prejudicar a ex-mulher é tão intenso que o agressor em nada se importa com os desdobramentos negativos diretos que o seu ato possa causar ao próprio filho, quando este é utilizado como instrumento da violência”, destaca Renê.

Diante desses sinais, é fundamental buscar ajuda especializada. Casos de Violência Vicária podem ser denunciados nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), na Defensoria Pública, nos Conselhos Tutelares e também pelo Disque 180, um canal nacional de apoio a mulheres em situação de violência. O acolhimento jurídico e psicológico é essencial não apenas para proteger a mulher, mas também para garantir o bem-estar da criança.



Renê Freitas, Advogado Especialista em Direito das Mulheres

○ LITERATURA

Mãe de João Antônio, bebê que viveu apenas 32 minutos, transforma sua dor em esperança com novo livro sobre amor e cura

■ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Através de uma experiência de profunda dor e reflexão, a Enfermeira Obstetra e Mestre em Ciências das Emoções, caetiteense Geórgia Gabriella Carvalho da Silva, que viveu a perda de seu bebê João Antônio, que esteve conosco por apenas 32 minutos, decidiu transformar sua trajetória de sofrimento em uma mensagem de esperança e resiliência. Inspirada por sua própria vivência de luto, ela escreveu um livro com o objetivo de ajudar mulheres e famílias a ressignificarem suas histórias, promovendo a cura do feminino e fortalecendo o entendimento sobre o amor, a dor e a possibilidade de cura após perdas irreparáveis.

A história dessa mãe é um exemplo tocante de como a dor pode se transformar em uma fonte de força e inspiração. Sua experiência de luto a levou a refletir profundamente sobre o significado do amor materno e a importância de acolher o próprio sofrimento como parte do processo de cura.



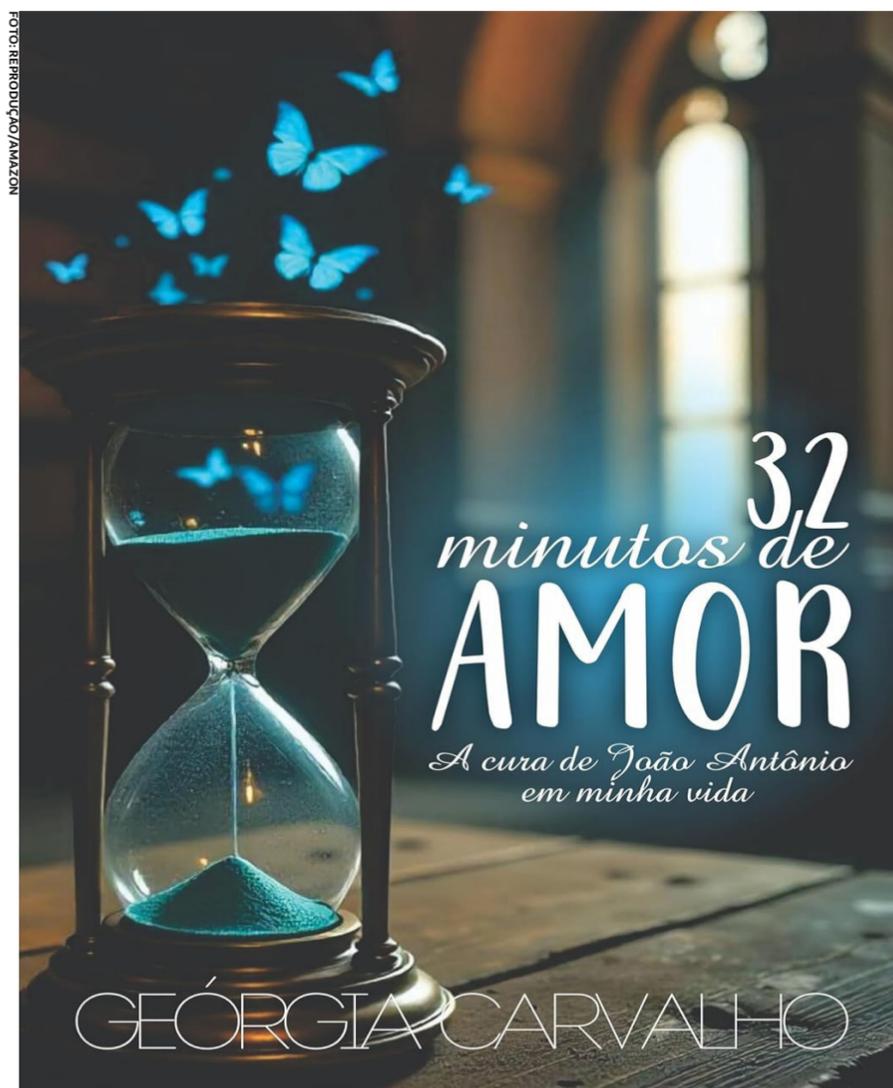
Geórgia Gabriella Carvalho da Silva

O livro, “32 Minutos de Amor”, lançado no último dia 6, em evento realizado no Cine Teatro da Casa Anísio Teixeira, que reuniu familiares, amigos e convidados, aborda temas como o enfrentamento do luto, a ressignificação do feminino e a busca por uma nova compreensão do amor após perdas profundas.

Segundo Geórgia Carvalho, escrever foi uma forma de ressignificar sua história e oferecer esperança às mulheres que enfrentam perdas semelhantes. De acordo com a escritora, a dor do luto é única, mas o amor que uma mãe sente pelos filhos é eterno. Ela ressaltou esperar que suas palavras ajudem outras mães a encontrarem forças para transformar a dor em cura e esperança.

A obra, segundo a autora, pretende ser uma ferramenta de empoderamento emocional, promovendo a cura do feminino por meio do reconhecimento das emoções, do amor próprio e da ressignificação das experiências de perda. Além disso, busca fortalecer a ideia de que, mesmo após as perdas mais dolorosas, há um caminho de cura possível, baseado na resiliência, na esperança e no amor que permanece vivo dentro de cada um de nós.

O relato de Geórgia Carvalho é um exemplo de como experiências pessoais podem gerar transformação e esperança, inspirando outras pessoas a encontrarem sentido e força para seguir em frente, mesmo diante das maiores adversidades.



○ IDENTIDADE DE GÊNERO

Quase 85% da população preta brasileira relata ter enfrentado discriminação racial, revela pesquisa

Uma pesquisa conduzida pela Vital Strategies Brasil e Umane revela que a população preta está entre os grupos mais vulneráveis à discriminação. Esses dados, somados a outras informações, evidenciam a persistente desigualdade racial no país

■ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

De cada 100 pessoas negras, 84 já relataram ter sofrido algum tipo de discriminação racial. Esses dados fazem parte de uma pesquisa realizada pela pelas organizações da sociedade civil Vital Strategies Brasil (Organização Global de Saúde) e Umane (Associação da sociedade civil, independente, isenta e sem fins lucrativos que apoia iniciativas no âmbito da Saúde Pública que impactam no Sistema Único de Saúde - SUS), apoiada pelo Governo federal, através do Ministério da Igualdade Racial (MIR), realizado entre agosto e setembro de 2024 e divulgados no último mês de maio, que ouviu 2.458 pessoas. Os dados do levantamento foram ponderados para que refletissem o perfil da população brasileira e apresenta relatos de brasileiros que enfrentaram e enfrentam diferentes formas de preconceito em atividades do cotidiano.

Para obter essas informações, os pesquisadores aplicaram questionários baseados em uma escala de discriminação diária. Os entrevistados responderam a perguntas como:

- Sou tratado com menos gentileza do que outras pessoas
- Sou tratado com menos respeito do que outras pessoas
- Recebo atendimento de pior qualidade em restaurantes e lojas
- Pessoas agem como se tivessem medo de mim
- Sou ameaçado ou assediado
- Sou seguido em lojas

Para cada questão, os participantes indicaram se as situações ocorreram frequentemente, sempre, raramente ou nunca.

A análise das respostas revelou que um pouco mais da metade da população negra (51,2%) relata ser tratado com menos gentileza. Entre os pardos, esse índice é de 44,9%, enquanto na população branca, esse número cai para 13,9%. Esse padrão se repete em outros critérios analisados:

	PRETOS	PARDOS	BRANCOS
Tratado com menos respeito	49,5%	32,1%	9,7%
Recebe atendimento pior	57,0%	28,6%	7,7%
Seguido em lojas	21,3%	8,5%	8,5%

A pesquisa contou com suporte técnico da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e do Instituto Devive, ambos atuantes na área de Saúde Pública.

“Desigualdade racial brutal”

Segundo o Advogado Mestre em Direito Econômico Pedro do Carmo Baumgratz de Paula, Diretor Executivo da Vital Strategies no Brasil, os resultados reforçam a percepção da “brutal desigualdade racial que existe no Brasil”. Ele destaca que há um abismo na discriminação cotidiana enfrentada pelos brasileiros, lembrando que 84% da população negra entrevistada afirmou ter sofrido episódios de discriminação.

Pedro do Carmo Baumgratz de Paula ressalta que essas experiências de preconceito têm consequências sérias em diversos aspectos da vida, afetando Saúde Mental, acesso a serviços, emprego, bem-estar e autoestima.

A Nutricionista Evelyn Santos, Gerente de Investimento e Impacto Social da Umane, afirmou que “este foi o primeiro estudo no Brasil a aplicar a escala de discriminação cotidiana com abrangência nacional”. Além de identificar a presença de discriminação, os pesquisadores investigaram os tipos de preconceitos vivenciados pelos entrevistados.

Enquanto 84% da população negra relatou discriminação relacionada à cor da pele, esse dado foi de 8,3% para os brancos e 10,8% para os pardos. Outras formas de preconceito citadas incluíram orientação sexual, renda, religião, obesidade, entre outras.



Pedro do Carmo Baumgratz de Paula, Diretor Executivo da Vital Strategies no Brasil.

O estudo também revelou que há indivíduos que sofreram mais de um tipo de discriminação. A situação mais preocupante é a das mulheres negras, com 72% delas enfrentando múltiplos preconceitos. Evelyn Santos destacou que essa foi uma informação bastante marcante para a equipe.

Entre os homens negros, essa incidência foi de 62,1%. Já na população branca, as proporções foram de 30,5% para mulheres e 52,9% para homens.



FOTO: JOÉDSON ALVES/ARQUIVO/AGÊNCIA BRASIL

A pesquisa indica que 72% das mulheres pretas sofreram mais de um tipo de preconceito

Desigualdade social

Os dados que evidenciam a vulnerabilidade maior da população negra se somam a outras informações sobre a desigualdade racial no país. O Atlas da Violência 2025, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, em parceria com a Organização Não Governamental Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com base em registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), ambos do Ministério da Saúde, também divulgado em maio último, aponta que ser uma pessoa negra no Brasil aumenta em 2,7 vezes o risco de ser vítima de homicídio em comparação com pessoas não negras.

O Censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que pretos e pardos representam 72,9% dos moradores de favelas. Além disso, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), também do IBGE, mostrou que pretos (8,4%) e pardos (8%) possuem taxas de desemprego superiores às de brancos (5,6%).

De acordo com os responsáveis pelo estudo (Vital Strategies Brasil e Umane), os dados do levantamento indicam onde os esforços de combate à discriminação devem ser concentrados. Eles também ressaltam a importância de que políticas públicas, especialmente na área da Saúde, considerem o combate às discriminações.

Pedro do Carmo Baumgratz de Paula destacou que há uma maior incidência de Violência Obstétrica contra mulheres negras, além de dificuldades no acesso a medicamentos, como analgesia, para a população negra. Ele reforçou que qualquer Grupo, Organização, Governo ou Sociedade Civil que trabalhe com temas sociais no Brasil tem o compromisso de lutar contra essa estrutura profundamente desigual, especialmente do ponto de vista racial.

* COM INFORMAÇÕES DA AGÊNCIA BRASIL



MARLITO
LACERDA
CONTABILIDADE

VIOLÊNCIA SEXUAL



Mais de metade dos adolescentes no Brasil foi vítima de abuso sexual na internet, indica pesquisa

■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com



FOTO: REPRODUÇÃO/FREEMK

Estudo explora como adolescentes são expostos a agressões sexuais no meio digital

Com o crescimento do acesso internet entre crianças e adolescentes, aumentam também os riscos de exposição à violência sexual online. Para aprofundar a compreensão sobre esse tema, o ChildFund Brasil – Fundo para Crianças, Organização não Governamental com atuação em mais de 50 países no mundo, que tem por objetivo o apoio ao desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, lançou a segunda fase da pesquisa “Mapeamento dos Fatores de Vulnerabilidade de Adolescentes Brasileiros na Internet”, com foco específico no abuso e na exploração sexual na rede. Os números divulgados do levantamento, divulgados no final do mês de maio, são alarmantes. O estudo ouviu 8.500 adolescentes de 13 a 18 anos em todas as regiões do país, especialmente no Nordeste e Sudeste, e revelou que 54% deles já sofreram algum tipo de violência sexual na internet, o equivalente a 9,2 milhões de adolescentes. A maioria (79%) dos hobbies mencionados pelos jovens são digitais, e aplicativos como Instagram e TikTok lideram a preferência, mas também os riscos: 68% dos adolescentes consideram o Instagram inseguro, seguido por Roblox (12%), Free Fire e TikTok, associados a assédio e exposição a conteúdos inadequados.

A análise detalhada do levantamento revelou que jovens de 17 e 18 anos têm até 1,3 vez mais chance de sofrer violência on-line em comparação com os de 15 anos. Em média, os adolescentes passam quatro horas por dia conectados, principalmente pelo celular e fora do contexto escolar.

Outra constatação preocupante revelada pela pesquisa é que, apesar de muitos adolescentes

relataram já terem recebido orientações sobre o uso da internet, 94% afirmam não saber como agir em casos de violência. A reação mais comum é o bloqueio de perfis suspeitos, o que contribui para a subnotificação e dificulta as efetivas. Apenas 35% citaram algum controle parental e 45% defenderam o direito à privacidade on-line. A insegurança digital é mais sentida pelas meninas (21%) do que pelos meninos (10%), que também relatam menos casos de Bullying Virtual.

“Essa fase da pesquisa evidencia que os adolescentes se sentem inseguros na internet e desconhecem os mecanismos para denunciar casos de violência. Além disso, mostra que não possuem acesso a uma Educação Digital adequada”, pontua Maurício José Silva Cunha, Diretor do ChildFund Brasil.

No estudo foram identificadas 14 formas de violência digital, organizadas em categorias como privacidade, ameaças, assédio e exposição a conteúdos sensíveis. Os comportamentos mais frequentemente mencionados pelos entrevistados incluem a invasão de contas, solicitações de fotos íntimas, Bullying e compartilhamento de informações pessoais. As Plataformas WhatsApp e Telegram foram citadas em 55% dos relatos de violência, demonstrando interação entre vítimas e agressores, que, segundo a pesquisa, são, principalmente, do gênero masculino e 14% deles residem na mesma cidade da vítima.

Diante desse contexto, a pesquisa sugere a implementação de ações integradas voltadas para conscientização e prevenção, como a criação de canais de denúncia acessíveis, campanhas educativas focadas em privacidade, apoio emocional nas Escolas e capacitação para pais e educadores a fim de identificar e acolher sinais de sofrimento. “O ChildFund Brasil tem destacado a relevância da Educação Digital para crianças e adolescentes, visando prevenir todas as formas de violência online. Acreditamos que somente assim podemos transformar essa realidade. Por isso, a Organização tem investido em metodologias e cursos que ensinam como navegar com segurança. fundamental que as famílias também se capacitem para poder encaminhar esse aprendizado”, enfatiza Maurício José Silva Cunha.

DE 02/JUNHO
A 05/JULHO

SÃO
JOÃO
DE
PRÊMIOS

SORTEIO:
11/JULHO

COMPRA NAS
LOJAS PARTICIPANTES
E CONCORRA!

VALORIZE
O NOSSO
COMÉRCIO LOCAL!

VALE-COMPRA
DE R\$ 500,00

10 VALES-COMPRA
DE R\$500,00

1 MOTO HONDA
BROS CBS OKM

MIL REAIS PARA O VENDEDOR DO CUPOM DA MOTO SORTEADA

REALIZAÇÃO: **CDL**
Brumado

Imagens Ilustrativas. Consulte o regulamento do sorteio



FÁBIO E. DOOSE

Fábio E. Doose é Babàlorisá do Àsè Terra de Caboclo na cidade de Rio de Contas/BA, sendo também conhecido como Bábálawô Oládiméji Elebuibon; Possui dois títulos de Doutorado Honoris Causa, pela Faculdade Formação Brasileira e Internacional de Capelania a Ordem dos Capelães do Brasil e das faculdades FACETEN/FACTEFERJ e ASBRAC, (Instagram: @aseterradecaboclo)

Ojú Èmí: O Olhar da Alma Ancestral

Como o Candomblé Influencia o Cotidiano de Seus Praticantes

O Candomblé, religião de matriz africana, vai muito além dos rituais celebrados nos terreiros. Para os seus praticantes, ele é um modo de vida que está presente em todos os aspectos do cotidiano. A conexão espiritual não se limita a momentos específicos de adoração, mas permeia cada ação diária, transformando a vida do adepto em uma experiência profundamente espiritual e ritualística.

Para aqueles que seguem os ensinamentos do Candomblé, cada dia começa e termina com uma conexão direta com o sagrado. Seja por meio de orações, saudações aos Orixás ou simples gestos de agradecimento, o início e o fim do dia são momentos de renovação espiritual. Esses momentos de reflexão e devoção tornam o Candomblé uma prática contínua, uma vivência que se manifesta de forma constante no dia a dia. Acender uma vela, fazer uma oferenda de comida, entoar um cântico ou mesmo meditar em silêncio são formas de manter a presença dos Orixás e fortalecer o equilíbrio espiritual. Embora esses gestos possam parecer simples para quem não os vivencia, para os praticantes, cada um carrega um significado profundo, reforçando a conexão com o divino e com as forças naturais que regem o mundo.

Além disso, a prática do Candomblé enfatiza valores que são incorporados no cotidiano, especialmente nas relações sociais e familiares. O respeito aos mais velhos, por exemplo, é um princípio fundamental que permeia a vida diária. No Candomblé, os mais velhos são vistos como detentores de sabedoria, e a convivência com eles é um aprendizado constante. A solidariedade e a valorização da comunidade também são aspectos centrais da religião, sendo essas qualidades vivenciadas nas relações interpessoais, no apoio mútuo e na cooperação dentro e fora do terreiro. O Candomblé, assim, vai além do espaço religioso e se reflete na maneira como seus praticantes se relacionam com o outro e com a comunidade ao redor.

O terreiro, como espaço sagrado de culto e convivência, desempenha um papel essencial na vida dos adeptos. No terreiro, a estrutura hierárquica é respeitada, e cada membro tem responsabilidades específicas que contribuem para o bem-estar coletivo. O trabalho dentro do terreiro não é apenas espiritual, mas também educacional e comunitário, já que é nesse espaço que a transmissão dos saberes ancestrais acontece. As lições sobre respeito, sobre a preservação da tradição e a importância da união são essenciais e se refletem em todos os aspectos da vida cotidiana dos praticantes. Ao aprender e praticar essas lições no terreiro, o indivíduo se fortalece espiritualmente e socialmente, criando um vínculo profundo com sua comunidade.

Outro aspecto importante do Candomblé no cotidiano é a ênfase na harmonia com a natureza. A religião ensina a viver em sintonia com os ciclos naturais, respeitando os ritmos da terra, da água, do ar e das estações. Os rituais seguem os tempos da natureza, e essa conexão com os ciclos naturais se reflete diretamente no comportamento dos adeptos, que são ensinados a cuidar do meio ambiente e a entender a interdependência entre todos os seres. O Candomblé ensina que, ao respeitar o meio ambiente, os praticantes estão cuidando também de si mesmos, pois tudo está interligado.

Portanto, o Candomblé não é apenas uma prática religiosa; é uma filosofia de vida que guia os praticantes em todos os aspectos de sua existência. Ele ensina a importância da conexão com o divino e com a natureza, a valorização da comunidade e a preservação dos valores ancestrais. Através de ações simples, mas carregadas de significado, o Candomblé transforma o cotidiano, promovendo equilíbrio, gratidão e uma profunda consciência espiritual que guia seus praticantes na construção de uma vida mais harmoniosa e conectada com o mundo ao seu redor.

ASMA

Asma é a terceira doença crônica mais atendida pelo SUS

Com mais de 20 milhões de brasileiros acometidas, é um dos maiores desafios da Saúde Pública do país

PIETRA RIBEIRO – ASCOM/ LAPRESSE COMUNICAÇÃO
contato@lapresse.com.br

A doença, que atinge cerca de 20 milhões de brasileiros, representa um dos maiores desafios respiratórios no país. Ainda cercada por mitos, a Asma é uma condição crônica que, apesar de não ter cura, pode ser controlada com acompanhamento adequado e o uso correto de medicamentos. Segundo dados do Ministério da Saúde, só entre dezembro de 2023 e abril de 2024 foram registradas 1.885 ocorrências de Síndromes Respiratórias Agudas Graves, muitas delas associadas à Asma, que continua sendo a terceira doença crônica mais atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Nos últimos cinco anos, mais de 12 mil brasileiros perderam a vida por complicações relacionadas à condição.

Com cerca de 20 milhões de asmáticos no Brasil, o monitoramento da função pulmonar se torna essencial para evitar crises e hospitalizações. A Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT) reforça que a Asma pode ser controlada com o uso adequado de medicamentos e acompanhamento frequente. Uma ferramenta essencial para o acompanhamento da Asma é o medidor de Pico de Fluxo Expiratório (PFE), um dispositivo portátil que permite monitorar a variabilidade da obstrução das vias aéreas e detectar sinais precoces de crises antes mesmo do agravamento



dos sintomas. Estudos publicados no Jornal Brasileiro de Pneumologia destacam que a medição seriada do PFE pode auxiliar na predição da doença, enquanto as orientações da Global Initiative for Asthma (GINA) e da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT) recomendam seu uso como estratégia para otimizar o tratamento. O monitoramento regular possibilita ajustes mais precisos na medicação e na rotina do paciente, o que pode reduzir significativamente a necessidade de internações hospitalares relacionadas a Crises Asmáticas.

Pedro Henrique de Abreu, Gerente de Marketing e Produtos da G-Tech, empresa referência em Soluções de Saúde Domiciliar e Hospitalar, enfatiza o quanto a tecnologia auxilia no controle da doença “O medidor de Pico de Fluxo Expiratório é uma ferramenta não utilizada para a detecção precoce de alterações nas vias aéreas, mas também permite uma abordagem mais personalizada do manejo da doença. Ele oferece aos pacientes e médicos dados precisos, possibilitando o ajuste antecipado no tratamento, antes mesmo dos sintomas se manifestarem”, afirma. “Essa capacidade de monitorar e agir de forma proativa pode ser determinante para evitar complicações mais graves”.

Entre os principais desafios no combate à Asma, estão a desinformação e os equívocos sobre a doença. Mitos como a ideia de que a Asma desaparece com a idade ou que impede a prática de exercícios físicos dificultam o tratamento adequado. No entanto, Especialistas reforçam que a Asma pode ser controlada e que pacientes bem acompanhados podem levar uma vida ativa sem grandes limitações.

Diante do impacto da Asma na Saúde Pública, Médicos e Especialistas alertam para a necessidade de reforçar o acompanhamento médico, especialmente durante o outono e inverno, quando os fatores ambientais aumentam o risco de crises. Além do monitoramento respiratório, cuidados como manter os ambientes bem ventilados, evitar acúmulo de poeira e seguir rigorosamente as orientações médicas são fundamentais para prevenir complicações. “Com o uso da tecnologia aliada ao conhecimento médico, é possível reduzir significativamente o impacto da asma na qualidade de vida dos pacientes e no sistema de saúde”, conclui Abreu.

Novo medidor como apoio ao diagnóstico precoce ganha reforço

Para tornar esse acompanhamento mais simples e eficiente, a G-Tech acaba de lançar um novo modelo de medidor de pico de fluxo expiratório que pode ser usado tanto por adultos quanto por crianças. O aparelho mede a força com que o ar é expirado pelos Pulmões, ajudando a identificar sinais de obstrução nas vias respiratórias ainda em estágio inicial. Isso permite que pacientes e médicos reajam com mais rapidez e segurança diante de qualquer alteração no quadro. Simples de usar, o dispositivo pode ser utilizado em casa ou em Hospitais e Consultórios.

Entre os principais benefícios estão a facilidade no controle diário da asma, o acompanhamento da eficácia dos medicamentos e a possibilidade de ajustar o tratamento antes mesmo dos sintomas aparecerem.

“O grande valor desse tipo de tecnologia está em antecipar problemas. Quando o paciente consegue identificar que algo está diferente na respiração antes de sentir falta de ar, ele ganha tempo e qualidade de vida. É um cuidado que traz autonomia e tranquilidade”, afirma Pedro Henrique de Abreu, gerente de Marketing e Produtos da G-Tech.

A indicação é que o uso do medidor seja orientado por profissionais de Saúde e incorporado à rotina dos pacientes com histórico de instabilidade respiratória. Ao registrar os valores de pico de fluxo ao longo do tempo, o equipamento contribui para decisões clínicas mais precisas e fortalece estratégias de prevenção. Em períodos mais frios, quando há maior incidência de crises, o monitoramento contínuo pode reduzir internações e melhorar o controle da doença.

○ CERRADO EM SECA SILENCIOSA

Estudo revela que Rios do Cerrado perderam mais de 25% de sua vazão desde os anos 70

Pesquisa do Ambiental Media aponta que os Rios do Cerrado transportam 27% menos de água em comparação com a década de 70, o que corresponde a uma perda de 30 piscinas olímpicas por minuto. Esse volume seria suficiente para abastecer o Brasil por três dias e meio

■ REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com



Piscinões de armazenamento de água para irrigação em Correntina; avanço da agricultura pressiona águas do Cerrado

Os Rios do Bioma Cerrado atualmente carregam um volume de água 27% inferior ao registrado na década de 1970. Essa redução, segundo o estudo “Cerrado – O Elo Sagrado das Águas do Brasil”, divulgado no último dia 23 pela organização de jornalismo científico Ambiental Media, representa uma perda significativa dos recursos hídricos que abastecem o país. A pesquisa foi coordenada pelo Geógrafo Yuri Botelho Salmona, Doutor em Ciências Florestais pela Universidade de Brasília (UnB) e Diretor-Executivo do Instituto Cerrados.

Baseando-se em dados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) – autarquia federal vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – o levantamento comparou informações de chuvas, evapotranspiração e vazão de seis importantes Bacias Hidrográficas do Cerrado – Araguaia, Paranã, Parnaíba, São Francisco, Taquari e Tocantins – entre as décadas de 1970–1979 e o período recente (2010–2021).

Conforme o estudo, houve uma redução de 21% na precipitação ao longo desse período, passando de uma média de 680 mm/ano para 539 mm/ano. Além disso, houve um aumento de 8% na evaporação em todas as regiões analisadas, o que contribuiu para uma diminuição de 27% na vazão segura dos rios. Em outras palavras, o Cerrado está deixando de fornecer cerca de 1.300 metros cúbicos de água por segundo, um volume enorme que impacta diretamente a disponibilidade hídrica do país.

O relatório destaca a importância do Bioma, que ocupa aproximadamente um quarto do território nacional e é responsável pelo abastecimento de oito das doze principais Bacias Hidrográficas brasileiras. O relevo do Cerrado



As águas das seis Bacias Hidrográficas do Cerrado alimentam rios de todos os Biomas do Brasil, incluindo a Amazônia, segundo relatório

possibilita que sua rede de rios e lençóis freáticos alimentem Bacias em diversas regiões do Brasil, incluindo os gigantes Amazonianos, como os Rios Tapajós e Xingu. Mais de 90% das águas que percorrem o Rio São Francisco vêm do Cerrado, assim como quase toda a água do Pantanal. Além disso, o Bioma fornece quase metade da água da Bacia do Paraná, fundamental para a geração de energia elétrica.

A perda de vegetação nativa, impulsionada principalmente pela expansão da soja, é apontada como uma das principais causas dessa deterioração hídrica. Segundo dados do MapBiomas, o Cerrado perdeu 22% de sua vegetação entre 1985 e 2022 – uma redução de 107 milhões para 83 milhões de hectares. Nesse mesmo período, a área dedicada à produção de soja cresceu quase 20 vezes, passando de 620 mil para mais de 12 milhões de hectares.

O Geógrafo Yuri Botelho Salmona alerta para a ligação direta entre o desmatamento e os problemas de abastecimento de água: “Muita gente fica indignada com a falta de água nas torneiras ou preocupada com a queda na produção agrícola, sem perceber que esses problemas estão relacionados ao desmatamento do Cerrado.” Ele reforça que “quando o Cerrado é destruído, estamos colocando em risco os recursos hídricos de todo o Brasil”.

O estudo também destaca que práticas como irrigação intensiva e o desmatamento perturbam o ciclo hidrológico, reduzindo a capacidade do solo de armazenar e liberar água durante os períodos secos. Essa interferência não apenas agrava a crise hídrica, mas também alimenta o ciclo de mudanças climáticas, encurtando as temporadas de chuva, elevando as temperaturas e aumentando a instabilidade do clima.



FOTO: DIVULGAÇÃO/MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Na Bacia do São Francisco, 61% dos rios analisados mostraram potencial de perda de fluxo de água

anima
SAÚDE & BEM-ESTAR



Rua Joana Angélica, 245, Centro - 1º Andar
(Acesso por Elevador)
Brumado - BA



Telefone: (77) 9 9998-7920

anima
SAÚDE & BEM-ESTAR

○ **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA & RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA**

Justiça Federal reconhece posse de área da União por comunidade de matriz africana em Brumado

■ **LÍLIAN LOPES – ASCOM**

lilian.lopes@medco.med.br

FOTO: [HTTPS://BRUMADO.WIKIMAPIA.ORG/PHOTOS/](https://brumado.wikimapia.org/photos/)



Em uma decisão histórica, a Subseção Judiciária Federal de Vitória da Conquista homologou acordo reconhecendo o direito de posse de 11,6 hectares de área da União, em Brumado, pelo Centro Cultural do Candomblé Castelo Alto de Xangô e a Sociedade Floresta Sagrada Alto de Xangô, comunidade de matriz africana. A área reconhecida pela Justiça Federal é ocupada há mais de dezesseis anos, representando a maior parte do terreno de 16 hectares que é reivindicado pela Entidade.

A sentença foi emitida durante Audiência de Conciliação, realizada no último dia 3, na sede da Subseção Judiciária Federal de Vitória da Conquista, que contou com a participação da Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal e da União, representada pela Superintendência do patrimônio Público Federal, órgão responsável pela gestão de todos os bens e propriedades da União vinculado ao Ministério da Gestão e Inovação a Serviços Públicos, após cinco anos de tramitação e representa um avanço significativo na luta pelo reconhecimento dos direitos dessas comunidades tradicionais no Brasil.

Histórico do Caso

O Centro Cultural do Candomblé Castelo Alto de Xangô e a Sociedade Floresta Sagrada Alto de Xangô, comunidade composta por membros que praticam religião de matriz africana (Candomblé), reivindicava a posse de um terreno localizado em uma área de grande valor cultural e histórico. A propriedade havia sido ocupada de forma pacífica pelos praticantes há pelo menos dezesseis anos, mas enfrentava obstáculos legais devido à sua condição de propriedade federal.

A sentença do juiz federal João Batista de Castro Júnior, titular da 1ª Vara do Serviço de Conciliação da Subseção Judiciária Federal de Vitória da Conquista, reconhece que a comunidade possui o direito de posse sobre o terreno, embora tenha restringido o espaço a 11,6 hectares e não os 16 hectares reivindicados, fundamentando-se na história de ocupação contínua e na importância cultural e religiosa do espaço. A decisão também reforça a necessidade de proteger os direitos das comunidades tradicionais às suas terras, garantindo o acesso e a preservação de seus patrimônios culturais. O magistrado, no entanto, estipulou um prazo de seis meses para que a União apresente uma conclusão administrativa em relação à área restante ainda em disputa. Parte do terreno que ficou fora do acordo e deverá ser reanalisado, após manifestação da União, é ocupada, irregularmente, por particulares, que terão sua situação avaliada.

Este reconhecimento judicial é considerado um marco na valorização das comunidades de matriz africana e na garantia de seus direitos territoriais. Especialistas destacam que a decisão pode estabelecer um precedente importante para outras comunidades que enfrentam situações similares no Estado.

Posicionamentos

Representantes do Centro Cultural do Candomblé Castelo Alto de Xangô e da Sociedade Floresta Sagrada Alto de Xangô manifestaram-se satisfeitos com a decisão, destacando que ela reforça a luta contra o preconceito e a discriminação. Organizações de direitos humanos também comemoraram a conquista, ressaltando a importância de políticas públicas que promovam a inclusão e o respeito às diversidades culturais.

O sacerdote de matriz africana Pai Dionata de Xangô, líder religioso do Centro Cultural do Candomblé Castelo Alto de Xangô e da Sociedade Floresta Sagrada Alto de Xangô, usou as redes sociais para destacar que a decisão da Justiça Federal constitui “uma vitória histórica para o Povo de Terreiro, um marco na luta contra o racismo religioso, a intolerância religiosa, o racismo institucional e na preservação dos Territórios Sagrados”, pontuou.

O líder religioso continuou ressaltando

a atuação firme da Defensoria Pública da União, apoiada pelo Ministério Público Federal, para garantir que a Justiça Federal homologasse a posse da área, defendendo o direito ao culto, ao território e à ancestralidade. “Essa decisão representa o reconhecimento da força da fé, da cultura e do direito de existir plenamente. (...) A terra sagrada permanece viva, firme e protegida. Nossa fé é força, nosso território é sagrado”, concluiu.

Para um jurista ouvido sob reserva pelo JS, a sentença da Justiça Federal demonstra um avanço na compreensão e valorização da diversidade cultural na Bahia e no Brasil, reconhecendo oficialmente o direito de comunidades de matriz africana à posse de seus territórios tradicionais, como é o caso do Centro Cultural do Candomblé Castelo Alto de Xangô e da Sociedade Floresta Sagrada Alto de Xangô, em Brumado, ocupados com autorização da União. Essa decisão, pontuou, reforça o compromisso do Sistema Judicial com a proteção dos direitos dessas comunidades e a preservação de sua história e identidade cultural.

Histórico de violências e preconceitos

Desde que ocupou o espaço na Fazenda Santa Inês, com autorização da União, Centro Cultural do Candomblé Castelo Alto de Xangô e da Sociedade Floresta Sagrada Alto de Xangô tem sido alvo de manifestações de violência, preconceito e intolerância religiosa.

A partir de 2020 a Defensoria Pública da União, que assumiu a defesa do direito de posse da área ao Centro Cultural do Candomblé Castelo Alto de Xangô e a Sociedade Floresta Sagrada do Alto de Xangô, têm denunciado episódios de violência contra os membros da Comunidade, além de violações ambientais, intolerância religiosa e irregularidades nos registros feitos por particulares, que invadiram parte da área considerada sagrada pelos candomblecistas. Em outra frente, a Defensoria Pública da União tem enfrentado decisões judiciais anteriores que contrariam essas Ações.

Por todo histórico, a decisão do último dia 3 da Subseção Judiciária Federal de Vitória da Conquista em favor do reconhecimento da posse de parte da área ocupada pelo Centro Cultural do Candomblé Castelo Alto de Xangô e a Sociedade Floresta Sagrada do Alto de Xangô, segundo Diego Guimarães Camargo, Defensor Regional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União na Bahia, é considerada uma conquista histórica. “Esse acordo é ato histórico em favor da Comunidade da Floresta Sagrada do Alto de Xangô, que, durante anos, teve o seu direito à crença violentado, sofreu perseguições e, mesmo com grande trabalho humanitário e de acolhimento que realiza, não deixou de ser atacada simplesmente pelo fato de cultuar religião de matriz africana”, ressaltou o Defensor Público.



Pai Dionata de Xangô, líder religioso do Centro Cultural do Candomblé Castelo Alto de Xangô e da Sociedade Floresta Sagrada Alto de Xangô



A Comunidade do Centro Cultural do Candomblé Castelo Alto de Xangô e a Sociedade Floresta Sagrada do Alto de Xangô convivem com atos de vandalismo e depredação da área considerada sagrada.

Entre o encanto e controvérsia - o que está por trás da polêmica dos 'Bebês Reborn'?



Nos últimos anos os Bebês Reborn conquistaram espaço no universo do colecionismo, da arte e até mesmo da Terapia. Essas bonecas hiper-realistas, que parecem verdadeiros recém-nascidos, têm gerado debates acalorados sobre seus aspectos éticos, emocionais e sociais. Mas o que exatamente está por trás dessa polêmica? Criados inicialmente na década de 1990, os Bebês Reborn são bonecas artesanais feitas com detalhes minuciosos que reproduzem a aparência de recém-nascidos, incluindo pele, cabelos, unhas e até expressões faciais. Seus criadores utilizam materiais específicos, como silicone ou vinil, para garantir o máximo realismo.

Pág. 14



FÁBIO E. DOOSE
COMO O CANDOMBLÉ
INFLUENCIA O COTIDIANO
DE SEUS PRATICANTES

Pág. 22

Supremo Tribunal Federal determina afastamento definitivo de presidente da Câmara Municipal de Caculé por descumprir regra de reeleição

Pág. 05



Oposição protocola Requerimento para abertura de CPI para investigar recursos do transporte escolar em Ituaçu

Pág. 13